



JOÃO HENRIQUES

**Dois dos quatro navios estão a ser descontaminados no porto de Portimão**

## Ambientalistas criticam recife artificial e dizem que projecto devia ter tido discussão pública

**Lurdes Ferreira**

**O**s militares, algumas grandes empresas e os praticantes de mergulho defendem-nos, os ambientalistas estão contra. Para uns, os recifes artificiais criados com velhos barcos, aviões, tanques, vagões de comboios e plataformas petrolíferas são pontos de atracção turística, e ainda mais se se localizarem em águas quentes e de boa visibilidade. São também pontos de criação de vida, afirmam.

Para outros, estes destinos rápidos de sucata criaram um problema ambiental que faz do mar um caixote de lixo sem custos para os poluidores. Num passado recente, chegaram a ser autorizados afundamentos de material por descontaminar e mantidas substâncias tóxicas que entram na cadeia alimentar. No caso português, garante-se que essas substâncias serão retiradas dos navios antes de serem afundados. Mas para a Liga para a Protecção da Natureza (LPN) isso não chega.

Na sua oposição ao projecto para a costa algarvia, a LPN denuncia que a legislação portuguesa ainda não obriga à avaliação de impacto ambiental de projectos em meio marinho nem à sua discussão pública, ao contrário de projectos para a orla costeira. A organização questiona o facto de o buraco legal ainda persistir “quando Portugal tem uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo” e pede que a avaliação seja feita, mesmo assim. Sem ela, frisa, “basta um simples licenciamento para se fazer o que se quiser”. E acrescenta: “A natureza deste projecto é tal que deveria ter sido sujeito a discussão pública”.

A organização ambientalista, presidida pela bióloga marinha Alexandra Cunha discorda dos argumentos de benefício ambiental e económico e tem contactado organismos oficiais a alertar para os riscos. No parecer que lhes enviou, a LPN refere que “não está provado que a criação de recifes artificiais aumente a densidade da fauna e flora marinhas nem que promova a biodiversidade marinha”. Por outro lado, defende

que o desmantelamento dos navios para reciclar o metal seria economicamente mais sustentável e daria trabalho aos estaleiros nacionais.

Foi o que propôs directamente aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, até agora sem resultados. A ideia era acompanhar o movimento internacional crescente de uma “indústria naval verde” (*green shipping*). “Seria uma ótima iniciativa para a economia do mar em Portugal”, defende Alexandra Cunha, para quem afundar navios de guerra para efeitos recreativos vai contra directivas europeias, a ética ambiental e a conservação da natureza.

O promotor do projecto, Luís Sá Couto, garante que respeita as regras ambientais e que terá uma monitorização ambiental por seis anos, a cargo do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB).

A segurança e afundamento dos navios estão a cargo de uma consultora do Canadá, a Canadian Artificial Reef (CAR), especializada neste tipo de trabalho. Jay Straith, presidente da CAR, garante que as substâncias tóxicas serão retiradas antes do afundamento, nomeadamente, os PCB, hidrocarbonetos e o amianto, e que o projecto, depois de concluído, “será uma oportunidade única”.

O trabalho de remoção dos materiais tóxicos está a ser executado pe-

la Naval Trading, no porto de Portimão. O afundamento será feito com explosivos especiais, que deverão chegar em Setembro dos EUA, e instalados pela Marinha portuguesa.

Um país onde se sente a pressão contra este tipo de solução são os EUA. A administração Obama está a recuar numa prática de décadas que fez do país o maior poluidor dos mares. Fomenta agora a reciclagem de sucata militar, criando emprego e uma actividade mais amiga do ambiente.

No ano passado, o relatório da Rede de Acção de Basileia (BAN), uma organização não governamental que vigia a aplicação da Convenção de Basileia, das Nações Unidas, de prevenção e controlo do despejo de lixo tóxico, lançou mais alertas. Segundo esta ONG, acumulam-se também evidências sobre substâncias tóxicas que os antigos equipamentos estão a transmitir à cadeia alimentar, como os bifenilos policlorados (PCB) e metais pesados, com risco para a saúde humana, nas décadas em que o controlo ambiental esteve ausente.

E nas contas da BAN, os EUA despejaram na década passada, 600 mil toneladas de aço, alumínio e cobre recicláveis no mar, que teriam rendido 600 milhões de dólares no mercado de matérias-primas e criado 20 mil empregos a prazo, caso tivessem ido para reciclagem.

Com um endividamento crítico, o município remete para Sá Couto todos os encargos. Com a crise, “as coisas complicaram-se”, admite o responsável da Subnauta, pelo que foi acrescentado ao projecto uma candidatura a fundos europeus, da qual espera entre 40 a 50% dos apoios. Vai lançar também um plano de *crowdfunding*, um meio de financiamento colaborativo, normalmente por Internet. Sá Couto garante que privados (que não quer identificar) garantiram até agora meio milhão de euros e que quer agora juntar ao projecto a instalação, no hospital do Barlavento, de uma câmara hiperbárica, um equipamento que ajuda mergulhadores e doentes.

Os promotores mostram-se confiantes que conseguirão a verba necessária. O termo de transferência, de Agosto de 2011, diz que, àquela data, estavam “garantidos os fundos” para o afundamento do ex-Zambeze e o ex-Oliveira e Carmo e que os outros dois seriam transferidos, de facto, entre nove e 15 meses depois. A Câmara garante que o serão “nos próximos dias”. O contra-

to prevê que tal não aconteça se o dinheiro não chegar.

O gabinete do presidente da Câmara, Manuel da Luz, valoriza a Musubmar por ter “como primeiro e grande objectivo a criação de um sítio de mergulho de excepção, colocando o Algarve na rota dos melhores sítios de mergulho do mundo, permitindo ao mesmo tempo gerar um novo tipo de turismo de baixa temporada, de nível médio alto”. Espera ainda que 89 mil turistas subaquáticos cheguem anualmente ao Algarve, entre 8 a 10 anos após a instalação do parque. Ao fim da década, prevê mais de 600 mil turistas subaquáticos, mais de três mil postos de trabalho directos e indirectos e proveitos no sector hoteleiro superiores a 100 milhões de euros.

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) não acredita no impacto económico do projecto, por considerar que a água daquela zona da costa algarvia tem “visibilidade reduzida” e que isso limitará o mergulho a pessoas experientes, para verem navios entre 20 a 30 metros de profundidade.



**Um navio afundado na Florida em 2009 para criar recife artificial**